

Cidades



UMIDADE



Máxima
90%
Mínima
33%

25°
Máxima
14°
Mínima

Tempo em BH

A segunda-feira na capital mineira será de sol, sem nuvens. Não há previsão de chuvas.

TEL: (31) 2101-3930
FAX: (31) 2101-3950
Editora: Marina Schettini
marina@otempo.com.br
e-mail: cidades@otempo.com.br

Atendimento ao assinante: 2101-3838

Minas. Se contingente não estivesse detido, verba seria mais bem aplicada

Gasto com preso provisório é maior do que socialização

Cerca de R\$ 232 milhões poderiam ser “poupados” e aplicados em Apacs

■ LUIZA MUZZI

■ Frente a uma população carcerária que não para de crescer, o governo de Minas gastou, em 2014, quase 98% do montante de R\$ 1,32* bilhão destinados para o sistema prisional em custódia, e o pouco que restou foi dividido entre medidas de ressocialização e modernização das unidades. Para especialistas em gestão pública e segurança, passou da hora de se discutir a melhor distribuição de recursos, priorizando ações de humanização, e a “necessidade” que se tem de encarcerar por qualquer motivo, mantendo no sistema aquele que ainda nem foi julgado e não oferece risco à sociedade nem ao andamento processual.

Dado recente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostrou que 37% dos presos provisórios de nove Estados, incluindo Minas, foram absolvidos, condenados a medidas alternativas ou tiveram o crime prescrito, ou seja, não foram

condenados à pena privativa de liberdade. Projetando os mesmos 37% para os 26.591 presos provisórios de Minas em 31 de dezembro de 2014, 9.838 não precisariam estar sob a custódia do Estado. E considerando que cada um deles custou, em média, R\$ 23,6 mil ao ano, poderia ter havido uma “economia” de R\$ 232 milhões. Esse valor é quase 400 vezes maior do que foi destinado à época às ações de humanização e às Associações de Proteção e Assistência ao Condenado (Apacs), modelo mais bem-sucedido em socialização (*detalhes abaixo*).

“Esse dado (37%) comprova o uso excessivo da prisão provisória no Brasil, o que só lota ainda mais nossos presídios. Penitenciárias superlotadas têm outro custo: o aumento da criminalidade”, pondera Almir de Oli-

veira Júnior, pesquisador do Ipea. Em outro estudo apresentado na semana passada, Minas se destacou como o Estado com o maior crescimento de presos de 2005 a 2012, conforme o Mapa do Encarceramento: os Jovens do Brasil. O aumento foi de 624%.

“Como se prende muito e se prende muito mal, um grande percentual de presos provisórios será absolvido ou receberá medidas alternativas. Além da tragédia para eles, há um custo direto para a sociedade”, avalia o advogado Adilson Rocha, presidente da Coordenação de Acompanhamento do Sistema Carcerário da Ordem dos Advogados do Brasil. Rocha defende a realização de políticas para aumentar o fluxo de saída de quem poderia estar em liberdade e ao mesmo tempo reduzir a quantidade

“O clima é de pânico moral. Vive-se um impasse entre o clamor por mais cadeia e a falta de recursos para melhorias. Hoje se alimenta o preso não porque ele precisa, mas para que não haja rebelião.”

George Felipe de Lima Dantas
Consultor em segurança pública



LEO FONTES - 22.12.2014

Número de presos de MG saltou de 6.289, em 2005, para 45.540, em 2012

Ineficiente

Modelo existente não resolve e ‘enxuga gelo’

✚ Enquanto a sociedade quer penas cada vez mais duras e o sistema só recebe mais presos, o que se vê no país é um modelo que “enxuga gelo”. Sem a preocupação com a ressocialização, a reincidência é alta.

“As pessoas não param para pensar que os presos vão sair da prisão um dia. Então, se não tivermos um mínimo de humanização dentro do sistema, nunca vamos resolver o problema da criminalidade, só agravá-lo”, pondera o professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Fernando Fidalgo, coordenador do Observatório Nacional do Sistema Prisional. “A empregabilidade do egresso diminuiria a reincidência e a superlotação por consequência”.

Consultor em segurança pública, George Dantas resalta o paradoxo envolvendo o clamor social por mais

prisões e ao mesmo tempo a fragilidade da prevenção primária, que envolve saúde e educação. “Não existe ânimo político para tratar disso. Ninguém no poder público até hoje se propôs a fazer uma política de gestão no sentido de promover efetivamente a ressocialização”.

COMPARAÇÕES. Dantas resalta que países nórdicos, como Finlândia e Suécia, possuem sistemas prisionais altamente humanizados, com acesso a estudo e ao trabalho. Em termos de padrão de gestão, porém, o destaque vai para os norte-americanos, que recebem grandes investimentos em tecnologia, capacitação profissional e ressocialização.

Com instalações modernas, o índice de fugas e rebeliões é quase zero. **(LM)**

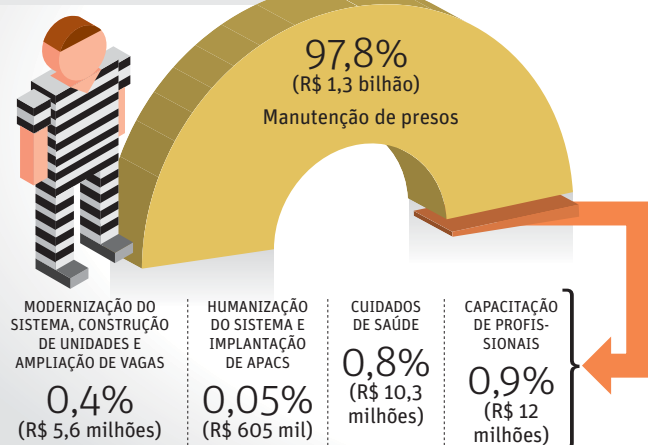
INVESTIMENTOS

Distribuição dos recursos no sistema prisional em 2014

COMO FOI

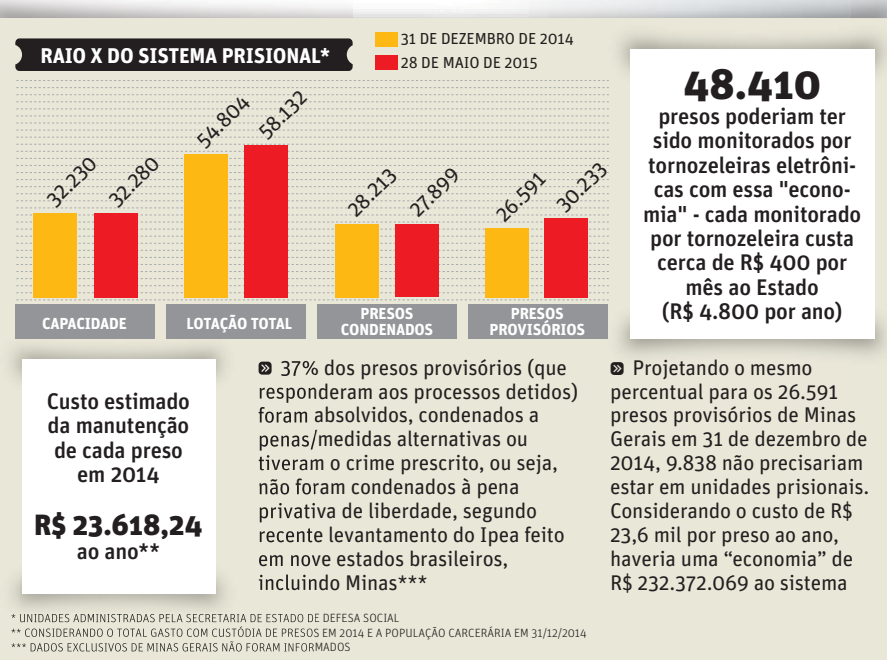
Execução do orçamento do sistema prisional

Total geral de R\$ 1,32 bilhão



COMO DEVERIA SER

Especialistas defendem maior volume de investimentos em humanização e modernização do sistema, com assistência adequada à saúde e fomento à educação e ao trabalho do preso, além de capacitação dos agentes penitenciários. Além disso, afirmam que é preciso investir em alternativas penais, na empregabilidade de egressos e na construção de Apacs, que têm custo mais baixo e índice de reincidência menor que o do sistema convencional.



> Dança na Savassi

A praça Diogo de Vasconcelos, mais conhecida como Praça da Savassi, virou uma grande pista de dança durante a tarde de ontem. Dezenas de pessoas participaram do último dia do 11º BHZouk e dançaram ao ritmo de zouk, axé, sertanejo e bolero, entre outros ritmos,



UARLEN VALÉRIO

> Cadeirantes emocionam

Um dos momentos mais emocionantes do evento foi a apresentação do número de dança das cadeirantes Keila Araújo e Kênia Cotta. “Quando criança, eu fazia balé clássico. Voltar a dançar melhorou minha autoestima, minha coordenação motora e meu equilíbrio”, disse Keila.

Delegacias. Crise do sistema penitenciário explode em unidades policiais; faltam estrutura e pessoal

Precariedade toma conta da Civil

Sem condições de abrigar presos, policiais lutam para conseguir trabalhar

■ LUIZA MUZZI

Reflexo da acumulada falta de investimentos e da crise do sistema penitenciário, a explosão de problemas nas mãos de delegados e investigadores parece chegar ao limite do insustentável. Preocupados, policiais pedem providências para que consigam executar o mínimo que é esperado deles: um bom trabalho. O governo, por sua vez, informou realizar estudos para conciliar as prioridades da corporação com a capacidade de investimento do Estado.

“A Polícia Civil é uma das instituições mais sucateadas de Minas. O Estado optou por um modelo equivocado, achando que a criminalidade diminuiria investindo na Polícia Militar. Mas isso represou as ocorrências e deu no que deu: agora está tudo explodindo”, diz o presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil de Minas (Sindpol-MG), Denilson Martins. Segundo ele, a falta de concursos públicos periódicos, aliada à carência de investimentos e à ausência de autonomia orçamentária, tem prejudicado, e muito, o trabalho da corporação.

Para mostrar a situação, **O TEMPO** percorreu delegacias de três municípios da região metropolitana. Em todas elas, apesar dos problemas evidentes, a reportagem se depa-rou com o medo: embora ávidos por mudanças, policiais demonstraram receio de represálias caso apresentassem suas carências. Por isso, os pontos visitados não foram identifi-cados para preservá-los.

Conforme o Sindpol, após recente publicação do relato indignado de um policial nas redes sociais, a chefia da Polícia Civil teria baixado portaria proibindo que as unidades fossem expostas. A assessoria da corporação negou a existência do documento, mas explicou que, por se tratarem de locais de segurança, precisam “ter resguardados limites quanto ao trânsito e acesso de pessoas”.

CENÁRIO. Nas delegacias que



FOTOS FERNANDA CARVALHO

Reportagem flagrou cela com 11 presos, que aguardavam vagas para transferência



Com a cela cheia, presos ficaram sentados no chão esperando em delegacia



Presos quebraram janela; vidro pode ser instrumento de ameaça

fazem plantões, o acúmulo de presos tem acontecido de forma tão grave quanto nas duas Centrais de Flagrantes da capital. Celas de custódia, que recebiam até dois presos por vez, chegam a abrigar 11, enquanto a Secretaria de Estado de Defesa Social providencia vagas em presídios. Sem segurança adequada nem estrutura de alimentação e higiene para os presos, há riscos de fugas e resgates. “Já faz três semanas que estamos lidando com isso. O Judiciário interditou presídios, e uma coisa foi travando a outra”, contou uma policial.

Em uma das delegacias visitadas, nove dividiam sala improvisada com grades instaladas com recursos de vaquinha feita pelos policiais. A proximidade de um vidro, no entanto, é ameaça. No momento em que a reportagem esteve lá, um profissional fazia a troca da janela quebrada por um dos presos.

“Vivemos total falta de segurança e de condições de trabalho. Tomar conta de preso não é função nossa”, disse um policial. E quando a vaga chega, é preciso correr. Segundo um investigador, o aviso vai para várias delega-

Outro lado

✎ **Resposta.** A Polícia Civil informou que sofreu com contingenciamento de recursos da última gestão, o que inviabilizou construções e reformas em delegacias, além de investimentos em viaturas e efetivo.

✎ **Vagas.** Foi autorizado o curso de formação para 129 novos peritos criminais e médicos legistas, que vão reforçar equipes do interior até o fim deste ano. Concurso para contratar mil investigadores foi retomado.

cias ao mesmo tempo.

A equipe conta que esse prédio é velho, quase “caindo aos pedaços”. Também é fácil notar cadeiras quebradas, estofados rasgados e fiação exposta. Em um andar, não há extintores de incêndio nem bebedouros, e alguns policiais levam água de casa. Os banheiros estão depredados e são compartilhados por presos, policiais e público em geral – em fins de semana e feriados, não há profissionais para limpeza.

Leia mais sobre o sistema prisional na página 19.

Lotadas

Duas celas de uma delegacia visitada pela reportagem estavam com 12 presos: 11 em uma, e um suposto estuprador em outra. Enquanto a transferência para presídios não acontecia, seis outros presos aguardavam do lado de fora, no chão. “Não temos policiais para fazer o serviço de vigilância, e é a família quem traz comida, ou então fazemos vaquinha para comprar”, disse uma delegada.



Cadeiras velhas e danificadas foram amontoadas em um canto de uma delegacia

Carência

“A população cobra, mas nós não temos meios para trabalhar”

+ Se as delegacias da região metropolitana enfrentam problemas estruturais, a situação é ainda pior no interior do Estado. Segundo o presidente do Sindpol-MG, Denilson Martins, as unidades têm instalações ruins e, por vezes, são improvisadas em galpões, escolas e até padaria. Como a maior parte depende das prefeituras – que têm tido dificuldade para pagamento de aluguel, limpeza e manutenção de viaturas –, o serviço fica comprometido. Além disso, há policiais que usam os próprios computadores e veículos para trabalhar.

Há relatos de que, por falta de espaço para os presos, delegacias do interior instalam barras para deixá-los algemados durante a lavratura da ocorrência. Os computadores são ruins, e o número de viaturas é baixo, sendo

que algumas delas não têm condições de pegar estrada para atender municípios mais distantes da sede da regional. Um policial ouviu pela reportagem contou que, quando um dos carros teve problema, o delegado precisou “mendigar” em prefeituras próximas para ter a verba do conserto.

Outro problema relatado por policiais de fora da capital é a falta de condições e de equipamentos de uso pessoal, como lanternas, câmeras, materiais de escuta e coletes à prova de balas. Em outra delegacia, o pior é a carência de pessoal. “Tenho que fazer o serviço de dez aqui”, desabafou um servidor. “A população e a imprensa cobram, mas não temos meios para isso, o que causa um estado de ansiedade e até depressão”, disse Martins. **(LM)**